

## Escolas Pretas, Currículos Brancos

Sebastião Carlos dos Santos Carvalho\*

### Resumo:

Vimemos numa sociedade desigual. A desigualdade e o consumo nos nivela. Inevitavelmente, a escola reflete e reproduz nosso *modus vivendi*, através dos currículos, da sua organização, do seu *modus operandi*. Nessa conjuntura, estão imbricados alunos, professores, técnicos, servidores, família e sociedade numa busca incessante pelo consenso, apesar dos conflitos cotidianos. Quando falamos dos problemas vividos dentro dos muros escolares, veremos sempre dedos apontados e raramente reflexões profundas sobre o papel de cada um dentro desta conjuntura. Esse ensaio busca refletir a respeito de problemas vividos na escola e de como os atores envolvidos agem e/ou reagem. Abordarei aqui, aspectos que julgo relevantes como a participação de alunos e professores na construção da escola; os currículos; a igualdade e equidade; a inclusão e ascensão social através dos estudos; o projeto de sociedade que estamos presenciando atualmente. Não dividirei em blocos, separando cada um dos temas em capítulos, pois percebo uma relação íntima entre eles e uma “autofagia” (in)consciente entre os constituintes da realidade de nossos centros de educação. Este texto é um dos capítulos do Trabalho de Conclusão de Curso do Programa de Doutorado Interinstitucional/DINTER em Educação, pela Faculdade de Educação (FAE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)/Universidade do Estado da Bahia(UNEB), pela Linha De Pesquisa: Educação, Cultura, Movimentos Sociais e Ações Coletivas. Parto de uma análise de bibliografia de elementos de textos apresentados e discutidos na disciplina: Problemas Contemporâneos da Educação, oferecida pelo DINTER - Universidade Federal do Rio de Janeiro(UFRJ)/UNEB, onde fui aluno especial.

**Palavras Chaves:** Escola. Equidade. Currículo. Escola Sem Partido

### A Escola e a Estranha Necessidade de Ser “boazinha”

A lógica do tempo no sistema escolar tradicional foi instituída e foi se cristalizando em calendários, níveis, semestres, bimestres e semanas. Desde as séries iniciais até a universidade, os *operários* da educação repetem o que vemos nas

---

\* Professor de Educação Física –CEEP- Guanambi-SEC-BA; Professor Auxiliar DEDC XII- UNEB-BA; Doutorando-FAE/UFMG

fábricas, no que se refere a utilização e controle do tempo. Hora *pra* começar, intervalar, terminar. Hora *pra* chegar, hora *pra* sair. Tempo de tolerância. Tempo para responder uma prova. Tempo para entregar uma atividade. As unidades são contadas em dias e horas e não deve sobrar, nem faltar tempo. Tudo deve caber nos 200 dias letivos exigidos pela LDB – Lei de Diretrizes e Bases, de 1996. Nesta corrida contra e com o tempo, a comunidade escolar tem que dar conta de um currículo repleto de conteúdos e objetivos, também organizados respeitando uma lógica temporal. Define-se o que deve ser estudado e quando. Desta forma, a escola se incumbe de preparar seu público para dar continuidade ao processo de automação exigido pelo mundo do capital.

O tempo para pensar, discutir, refletir, mudar, é ineficiente. O corre-corre entre o sinal de início de uma aula e final da outra, não permite a escola propor mudanças. Ela está sempre tentando se adequar às realidades, quando deveria ser o contrário. Não temos uma escola propositiva, mas sim uma que tem buscado se apropriar de conhecimentos fora dela ou, o que é mais grave, negá-los ou abster-se. A comunidade escolar tem sempre tentado apontar culpados, evitando assim ter que debruçar-se sobre sua história e construir novos caminhos.

As mudanças continuam vindo de cima, e verticalmente estamos sob a tutela de mais uma reforma do ensino ( Lei, 13.415/17). As escolas, mesmo as que resistiram através das ocupações, após aproximadamente um ano da lei entrar em vigor, começam a se adequar as novas normas impostas. Ao que parece, a Educação precisa atender ao mercado e cabe a escola produzir exércitos de reservas de mão de obra, para a manutenção do *status quo*. A crise moral, ética e política também assola o *chão da escola*. Tornou-se mais confortável não resistir. Ao observar como o país tratou as ocupações ocorridas em 2016, onde mais de mil unidades de ensino foram ocupadas por estudantes, verificamos que o maior interesse atualmente é o equilíbrio econômico e não o avanço na educação e na ciência. Como se um não estivesse intimamente ligado ao outro. Poucas são as instituições de ensino que demonstram resistência às investidas tomadas em prol da nova “*Ordem e Progresso*”. Essa máxima tornou-se o Slogan do atual Governo e assim afirmou o então presidente, no ato da sanção da lei: “É interessante salientar que nos dias atuais mais do que coragem para governar, é preciso ousadia”.(Temer, 2016)

Atualmente o ensino brasileiro está sendo impactado por diversas medidas *ousadas*, que não tem demonstrado comprometimento com a qualidade da educação, mas sim com os custos e controle da mesma: A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241, que se transformou na PEC 55/2016, impondo um “Teto de Gastos Públicos”; a Reforma do Ensino Médio; A volta do ensino de uma única religião (em tramitação no Supremo Tribunal Federal – STF) e a proposta da Escola Sem Partido, são exemplos de como o estado brasileiro tem interferido, gerido e tentado retomar o comando das escolas e universidades brasileiras, assim como víamos nos “Anos de Chumbo”. A Economia tem sido a justificativa para tais reformas. Seria a intenção de repetir a história com um novo “Milagre Econômico”?

Os focos de resistência das instituições de ensino brasileiras, tentam manter sua autonomia e lutar contra as imposições do sistema. Segundo Bourdieu – 2003, “o campo científico não está imune a influência política, e os agentes que atuam no campo têm a todo momento que assumir posições e defender, seus pontos de vista, ainda que de forma não explícita.” Trilhando esse caminho, alguns profissionais e alunos buscam a construção de um modo de ensino mais justo e mais equânime.

A urgente necessidade de uma equidade social obriga-nos a olhar com atenção para as questões raciais presentes tanto na sociedade quanto na escola e universidade. A implantação da Lei 11.645/08, assim com a 12.711/12, ambas percebidas como fruto de lutas históricas dos negros brasileiros, tem modificado a construção dos currículos em nossas escolas.

Segundo Pereira – 2012, em seu artigo “Por uma Autêntica Democracia Racial,

*... a construção de um currículo que apresente as histórias e culturas de todas as matrizes formadoras de nossa sociedade, considerando-as todas importantes e complementares, sem o ‘tradicional’ viés eurocêntrico historicamente adotado, é algo fundamental para a formação de cidadãos com ‘identidades individuais e sociais’ diversas e que aprendam a respeitar as diferenças e possam lidar de maneira positiva com a pluralidade cultural, para que seja possível a construção de uma ‘autêntica democracia racial.*

O autor enfatiza a necessidade de considerar a participação dos homens e mulheres negros/as, assim como dos índios e índias na construção efetiva desse país. Lançar um olhar

descolonizado, sobre nossa sociedade, nossa cultura, nossa escola. Considerar esses sujeitos como construtores de nossa democracia e permiti-lhes participar integralmente dela. Para conhecer a história da participação destes povos na construção do país, é preciso fazer um estudo específico. Isso é necessário na formação em todas as instâncias: No ensino básico, ensino médio e na universidade, tanto *Lato*, quanto *Stricto Sensu*. É preciso forçar, provocar, estimular. Quando isso não acontece, a população negra permanece invisível, dando a entender que ela desapareceu quando foi promulgada a Lei da Abolição. Quanto aos índios e índias, continuam vistos, muitas vezes, como selvagens, que ainda permanecem embrenhados nas matas, longe daquilo que alguns chamam de *civilização*.

As questões de gênero também tem se tornado uma discursão presente no meio escolar. Percebo ainda, por parte de muitos colegas, uma certa resistência em encarar o tema e tentar desnaturalizar a sua negação dentro das escolas. As mulheres, assim como toda a comunidade LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), sendo alunos, técnicos, professores, pais e mães estão deixando o anonimato e tem buscado fazer parte da rotina das escolas. Não se contentam mais em fazer parte das *conversas de corredor*, ou dos *papos secretos* na sala de professores. Estão exigindo a sua verdadeira inclusão no texto e no contexto escolar. É fato que ainda existe uma certa resistência por parte da escola, mas os movimentos sociais que acontecem fora dela, pressionam, questionam e muitas vezes de forma subversiva, acabam por ocupar o espaço que é seu por direito.

Entretanto a reação vem a galope. A parte conservadora dessa relação, utiliza-se de todos os meios para impedir que a democracia de fato se estabeleça. Utilizando como escudo a religião, os *bons costumes* e a família, buscam impedir que uma discursão mais ampla de humanidade e sociedade seja adotada pelos currículos, implantando uma verdadeira patrulha ideológica, dificultando o avanço da escola na perspectiva da construção de uma comunidade mais justa, menos desigual, mais tolerante e inclusiva.

O Movimento Escola Sem Partido, que supostamente prega uma escola amplamente democrática, que busca respeitar a liberdade de pensar, ensinar e aprender, apresenta de fato uma ideologia conservadora que, ao contrário, inibe o livre pensamento. Os projetos de lei da Câmara, de número 867/2015, e do Senado, de número 193/2016, estão em tramitação e tem ganhado força na sociedade e dentro das

escolas, impulsionado pelos discursos de agentes políticos da direita, assim como de jovens que compactuam do pensamento de movimentos políticos brasileiros a exemplo do Movimento Brasil Livre (MBL).

Não devemos nos distanciar da ideia de que a democracia deve incluir a justiça social, para possibilitar que todos participem da vida política. Desta forma, é urgente que se inclua nos currículos aqueles que durante muito tempo estiveram invisíveis, esquecidos ou propositalmente deixados de fora. Os defensores do Escola Sem Partido atacam diretamente essas discussões, evidenciando o quanto isso atinge as tradições e conceitos de moral dominante. Sob a égide da democracia, o movimento insiste em desconstruir ideias e ideais de uma verdadeira democracia e justiça social. São contra as cotas e, dentro dessa sociedade de grande desigualdade social, defendem aquilo que chamam de *meritocracia*.

Discutir as assimetrias sociais da juventude brasileira faz-se necessário, principalmente para que se compreenda a necessidade das políticas afirmativas. A escola não pode se furtar disso. A comunidade escolar não deve permitir isso. Entendo que os tempos são sombrios e que resistir deve ser a bandeira hasteada em toda escola e universidade pública. Entraram em nosso jardim e pisaram em nossas flores. Não permitamos que arranquem a nossa voz.

... Até que um dia,  
 o mais frágil deles  
 entra sozinho em nossa casa,  
 rouba-nos a luz, e,  
 conhecendo nosso medo,  
 arranca-nos a voz da garganta.  
 E já não podemos dizer nada.  
 Nos dias que correm  
 a ninguém é dado  
 repousar a cabeça  
 alheia ao terror...

**(No Caminho com Maiakóvski, Costa, 1960)**

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

**BOURDIEU, P. Questões de Sociologia. Lisboa: Fim de Século, 2003**

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução Plínio Dentzien, Rio de Janeiro:

BRASIL, LDB. Lei 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em <w.mec.gov.br>. Acesso em: 25 Set 2017.

BROCK, Colin e Simon Schwartzman, **Os desafios da educação no Brasil** editores. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005

COSTA, Eduardo Alves da, **No Caminho Com Maiakóviski**, Brasil, 1960.

DAL'IGNA, Maria Cláudia, KLEIN, Carin, MEYER, Dagmar Estermann, **GENERIFICAÇÃO DAS PRÁTICAS CURRICULARES: uma abordagem feminista pós-estruturalista**, *Currículo sem Fronteiras*, v. 16, n. 3, p. 468-487, set./dez. 2016

<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/10/1826548-brasil-tem-1154-unidades-de-ensino-ocupadas-por-alunos-diz-entidade.shtml>, Acesso em: 25 Set 2017.

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-norma-pl.html>, Acesso em: 25 Set 2017.

<http://www.revistafenix.pro.br/vol39-d7.php>, Acesso em: 25 Set 2017.

<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>, Acesso em: 25 Set 2017.

MARTUCCELLI, D. **Gramáticas Del Individuo**. 1ª Ed. Buenos Aires: Losada, 5004 p; 2007.

PENNA, Fernando Araújo. **Programa “Escola Sem Partido” uma Ameaça a educação Emancipadora:** em Narrativas do Rio de Janeiro nas Aulas de História. Rio de Janeiro, 2016.

PEREGRINO, Mônica. **Desigualdade numa escola em mudança: Trajetórias e embates na escolarização pública de jovens pobres.** Tese apresentada ao Curso de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau Doutora. Campo de Confluência: Educação Brasileira, Niterói/RJ – 2006.

PEREIRA, Amílcar Araújo. **“Por uma autêntica democracia racial!”: os movimentos negros nas escolas e nos currículos de história.** *Revista História.* Hoje, v. 1, no 1: RJ, 2012